

RAZÕES E CAUSAS DA CRISE POLÍTICA INGLESA NO TARDO-MEDIEVO E A GUERRA DAS ROSAS: LIMITES DE SUA INTERPRETAÇÃO**WESLEY CORRÊA***

Podemos dizer que o conceito de “feudalismo bastardo” refere-se a uma sociedade na qual nobres intitulados, e alguns membros da pequena nobreza, desenvolviam redes ou afinidades de laços que asseguravam serviços políticos, legais, domésticos e militares em troca de dinheiro, cargos ou influência política. A definição do conceito é objeto de profundo debate na historiografia inglesa até hoje, mas podemos dizer que a periodização mais convincente que tivemos contato é a de Michael Hicks: de um lado, defende as primeiras manifestações desse sistema no século XII; de outro, demonstra como apesar das sucessivas tentativas de Eduardo IV e Henrique VII – entre outros – de limitar o recrutamento não extinguiu essa relações pelo menos até a primeira metade do século XVII com a Revolução Inglesa. Uma vez que esse sistema permitiria um acúmulo de exércitos privados, permitiria ainda aos mais ricos nobres do reino “corromperem” a lei e a ordem mantendo controle de feudos totalmente privados na sua região, ou ainda o controle do governo como um todo (Cf, HICKS, 1995).

O conceito foi cunhado por Charles Plummer, um historiador inglês que em 1885 produziu uma edição do texto *The Governance of England* (1471) de Sir John Fortescue.¹ Na introdução a esta edição de Fortescue que ele explicita sua ideia central analisando os eventos desde a ascensão de Eduardo III em 1327 até a usurpação de Eduardo IV em 1461. No texto de Fortescue, perspectiva considerada do centro sistema, ele via claramente a fraqueza financeira, o abuso dos súditos que acabavam mais ricos que o próprio rei e as tropas ociosas que ficavam no reino ao findar a guerra com a França e serviam de força contra o rei; nas cartas da família Paston, observando o governo nas localidades ele nota certa a suscetibilidade dos súditos a corromperem as leis, a justiça e as relações voláteis entre os senhores e os “pequeno-nobres” (*gentry*) (PLUMMER, 1885: 1-40).

* Bacharel e Licenciado em História e Mestrando em História Cultural pela Universidade Federal de São Paulo, Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo desde Out/2013.

¹ Entre 1440 e 1476, Fortescue foi diretor do Lincoln's Inn, membro do Parlamento de Henrique VI e seu defensor durante a guerra civil. Escreveu diversos artigos e tratados sobre o governo contra Eduardo IV que, após ser capturado por esse último em 1471, refutou-os e tornou-se membro do Conselho Real de Eduardo.

A ideia de feudalismo bastardo foi usada por ele para descrever o que acreditava ser uma degeneração do “feudalismo clássico”: o sistema da Alta Idade Média que era baseado na doação/locação de terras com mandato hereditário para um vassalo em troca de serviços militares, etc. Plummer culpava o feudalismo bastardo pela desordem e instabilidade que ele via na segunda metade do século XV inglês – através da documentação citada acima (PLUMMER, 1885: 30). Após ele, na virada do século XIX para o século XX, juntou-se a essa perspectiva Gairdner, Stubbs, Baldwin, Denton e Tout (HICKS, 2000: 387). Esses autores permaneceram desenvolvendo sínteses generalizadas sem questionar essas ideias centrais de crise, feudalismo bastardo e “Guerra das Rosas” (que evidentemente não era objetivo deles naquele momento). Os mais contundentes foram William Stubbs, membro do partido *Whig* que colocava o Parlamento no centro da discussão (Cf. STUBBS, 1891), Baldwin que colocava no conselho real o “corpo representativo da nação” (Cf. BALDWIN, 1913) e Tout, primeiro historiador que fez uso massivo dos arquivos do governo (Cf. TOUT, 1920-33: 6vols.).

O termo tornou-se mais usual com os estudos de K. B. McFarlane que passou a empregá-lo com frequência para descrever o funcionamento da sociedade política inglesa entre os séculos XIII e XVI. McFarlane viu o feudalismo bastardo não como uma ramificação de um sistema anterior e “mais puro”, mas como uma resposta natural da nobreza às mudanças sociais empregando-o para propósitos teoricamente “ilegais” (MCFARLANE, 1981: 23-43). Seguindo a proposta de análise de McFarlane, uma vez que os que acompanhavam os nobres raramente portavam armas por um longo período, não podemos considerá-los como tropas privadas. Embora isso realmente pudesse se tornar ameaçador com forças militares de nobres dissidentes, como ocorreu no reinado de Henrique VI nos anos 1450, a Coroa nunca procurou abolir o direito da nobreza contratar esses “acompanhantes”, apenas controlava através de atos votados no Parlamento.²

Como sabemos, a própria Coroa ainda não era dotada de tropas fixas nesse período, assim o rei dependia justamente das comissões de seus nobres para conduzir a guerra no

² Tomemos o exemplo das tropas que defenderiam Calais a partir de 1450 e foram regulamentadas no Parlamento de 1449. ‘Henry VI: Parliament of 1449’, Item 16, In: GIVEN-WILSON, Chris, *et al* (Ed.). **The Parliament Rolls of Medieval England: 1272-1504**. Birmingham: Scholarly Digital Editions, 2005 [CD-ROM]. Ver também: MCFARLANE, K. B. ‘Parliament and ‘Bastard Feudalism’’. In: *Transactions of the Historical Society*, Maio de 1943.

estrangeiro ou reprimir rebeliões internas. Segundo Jack Lander, após Eduardo IV destruir a casa de Lancaster e assegurar-se no trono, essas forças armadas agrupadas pelas relações do feudalismo bastardo tendiam mais a apoiar do que ameaçar a Coroa (Cf. LANDER, 1976).

De qualquer forma, sob as estreitas circunstâncias do reinado de Henrique VI ou a insegurança de Eduardo IV antes de 1471, magnatas ambiciosos ou ressentidos como Ricardo de York nos anos 1450 e o conde de Warwick nos anos 1460 desafiaram seriamente a Coroa e poderiam mesmo tomar o poder com suas comissões. Embora o feudalismo bastardo por si só não tenha causado a desordem e a instabilidade dessas décadas – período de guerra civil intermitente que chamamos de “Guerra das Rosas” – ele de fato teria possibilitado a existência de grandes magnatas com meios significativos para se aproveitar de fraquezas conjunturais e colocar suas ambições em prática (HICKS, 2000: 388-9).

Por fim, vale ressaltar que os homens recrutados no sistema do feudalismo bastardo não eram exclusivamente empregados para propósitos militares; muitos prestavam serviços às unidades domésticas de seu senhor enquanto outros se limitavam, através de um contrato, a serviços diversos fora da casa senhorial. Apenas aqueles recrutados em caráter emergencial – como fez o conde de Warwick contra Eduardo IV em 1471 – serviam apenas militarmente. Em troca de dinheiro e “bom senhorio” (“*good lordship*”) – que poderia significar influência política para obter cargos ou poder de barganha com juízes em situações extremas – os recrutados usavam marcas distintivas do seu senhor (*badge*) ou uma espécie de uniforme (*livery*), colocando-se ao lado do senhor em qualquer disputa política ou militar (WAGNER, 2001: 19-20).

Assim, podemos dizer que a problemática central do debate que nos interessa aqui é refletir sobre afirmação de Charles Plummer quanto ao feudalismo bastardo no século XV: que seria o seu ápice e, por isso, a causa principal da crise e da Guerra das Rosas (PLUMMER, 1885: 16-9). Acreditamos que qualquer debate sobre o conceito deve ser iniciado com Charles Plummer – embora somente alguns autores considerem isso realmente importante – e é a partir dele e do que pudemos reunir sobre a discussão posterior que desenvolvemos nossa própria compreensão do conceito e da crise.

Consideramos que o feudalismo bastardo era uma alternativa aberta para a ação política, para tentarem – à sua maneira – se safar das circunstâncias indesejáveis ou ainda

apoiar a Coroa. Era uma ferramenta dentro desse sistema político complexo. Em geral era uma prática que fugia ao controle do rei (como várias outras esferas da vida política) e em meados do século XV compôs parte da chamada crise de meados do século XV. A crise, por sua vez, além do estrangulamento financeiro provocado pelo sistema obsoleto da coleta de impostos e a perda dos territórios franceses (e não pela falta de arrecadação em si) foi agravada pela retórica reformista que colocou em questão a legitimidade do rei que, embora não fosse questionada pela maioria, culminou no confronto armado.

Levando em conta o impasse e a insegurança dinástica provocados pela posição de Ricardo York e a situação financeira do reino da Inglaterra de meados do século XV muitas decisões tornaram-se pendentes, como a Revolta de Jack Cade (1450), o fim desastroso da Guerra dos Cem Anos (1453), os problemas de saúde do rei (1453-7), as reivindicações que pululavam no Parlamento e alhures e a situação financeira indesejável. Problemas complexos que desequilibraram o sistema de poder, a insegurança geral provocada pela situação vigente acabou por desencadear um período de críticas e levantes – a partir de 1450 – que aos poucos tendiam a apoiar o que se tornou o maior rival do rei Henrique VI da casa de Lancaster (1422-1461 e 1470-1471), seu primo Ricardo Duque de York. Esse apoio era limitado, mas estourou em guerra civil que se seguiu de forma intermitente entre 1455 e 1485, conhecida hoje genericamente por “Guerra das Rosas”.

Tendo em vista esse cenário, os estudos históricos focados entre o feudalismo bastardo e a crise legaram ao século XV certo desdém que foi construído desde Shakespeare até o século XIX, mas hoje esse debate na historiografia inglesa adotou um perfil e ao mesmo tempo um volume que não se compara ao de meio século atrás, por exemplo. Isso por que dominava essa ideia de crise endêmica em todas as esferas do período que teria se intensificado entre a usurpação de Henrique IV em 1399 e o advento dos Tudors em 1485 como a “salvação” do reino e do feudalismo bastardo desregrado. (Cf. HICKS, 2002) Assim, quase a unanimidade dos historiadores ingleses atuais sobre o período que pudemos ler indicam como ponto de virada dessa historiografia no século XX as pesquisas de McFarlane (MCFARLANE, 1981: 231-261).

McFarlane combateu todo o discurso que os ingleses tomavam como fato dado e que explicamos abaixo: a crise generalizada, a “Guerra das Rosas” e o próprio feudalismo

bastardo.³ Enquanto Plummer via em Eduardo III as causas do maior desenvolvimento do feudalismo bastardo que teria levado à guerra civil, McFarlane leva em conta esse conceito analisando as fontes na sua singularidade e nas suas circunstâncias críticas de modo que chega a aludir ao caráter potencialmente positivo do feudalismo bastardo. Apesar de um historiador que enfatiza o período de transição (Plummer) e outro durante Segunda Guerra Mundial enfatizando as continuidades (McFarlane), o substrato desse debate nos levou a colocar os aspectos mais relevantes dessa crise no exercício do governo.

Para John Watts e outros historiadores que se colocaram ao lado da perspectiva de McFarlane – como Christine Carpenter (Cf. CARPENTER, 1997) e Rosemary Horrox (Cf. HORROX, 2003) –, a ideia de crise endêmica do século XV estava pautada numa visão generalizada dos fatos que só um estudo de longa duração poderia contestar. Essas narrativas partiam da ideia de que os reinos emergentes do século XIII entraram em crise já no XIV com o início do estrangulamento financeiro, a Peste Negra, a subsequente diminuição da população e a guerra, e só teriam se recuperado no final do século XV com o “renascimento”. Acompanhando esse movimento de “transição”, a Igreja, ainda mais profundamente, teria entrado em declínio entre os séculos XII e XVI até passar pela Reforma Protestante. Outra narrativa comum era a de que todo esse período considerado de transição servia de argumento para a tentativa de encontrar “as origens do estado moderno” – um pensamento por vezes anacrônico. E por fim temos a perspectiva de Bernard Guenée, de que o desenvolvimento da burocracia real foi frustrado a partir de 1340 pela guerra, pelo pseudo-cavaleirismo e pelo sufrágio das classes mais abastadas, retomada no final do século XV quando essas forças se esmaecem.⁴

A “Guerra das Rosas” entra aqui com grande contribuição para as narrativas clássicas criticadas por John Watts: três revoltas regionais; uma série de assassinatos, cercos e feudos privados; treze batalhas de larga-escala; dez tentativas de tomar o poder do rei; quinze invasões; cinco usurpações do trono; cinco monarcas; sete reinados; e cinco mudanças

³ Numa esfera mais ampla essa discussão obviamente inclui: WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?** Trad. Edson Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

⁴ As mais significativas seriam: WALEY, Daniel. **Later Medieval Europe from St. Louis to Luther** (1964); HAY, Deny **Europe in the Fourteenth and Fifteenth Centuries** (1966); HOLMES, George. **Europe: Hierarchy and Revolt, 1320-1450** (1975); e GUENÉE, Bernard. **States and Rulers in Later Medieval Europe** (1971). In: WATTS, J. **The Making of Politics: Europe, 1300-1500**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 9.

dinásticas. Entretanto, o conflito dinástico não acabou em 1485 e avançou além século XVI, embora com outros personagens e questões, afinal a maioria daqueles que haviam lutado durante o século XV já haviam morrido antes de 1485. Claramente os conflitos eram outros, com personagens diferentes e causas distintas e é por isso que Hicks e Carpenter defendem a divisão do período em três fases: de 1459-61, 1469-71 e 1483-1525.

Pode-se dizer que McFarlane – nas décadas de 1970-80 – desenvolveu um novo paradigma, ao menos para os ingleses. Enfatizou a ideia de que é a riqueza das fontes desse período ofereceu maior possibilidade de interpretações negativas. Em grande medida as contradições e conflitos aparecem mais claramente devido à importância crescente da cultura escrita e à mudança do papel da escrita na sociedade (HORROX, 2003: 225-6). Não apenas pelo desenvolvimento da língua vernácula, mas também pelo aumento da burocracia, do papel dos mercadores na cultura urbana, do volume de cartas familiares, etc. Assim sendo, determinados conflitos que ficavam à sombra, agora emergem com maiores detalhes (WATTS, 2009: 22-3).

Todos os autores das obras com as quais tivemos maior contato até então tentam de alguma forma combater a visão clássica na qual estavam imersos os estudos históricos ingleses sobre o período. Dessa forma, eles tratam o “feudalismo bastardo” apenas como uma realidade um pouco diferente daquela dos séculos passados, não enfatizando interpretações negativas ou pejorativas. Alguns deles foram bastante enfáticos. John Watts, em 2009, por exemplo, parte seu trabalho através da crítica provocativa a autores que se tornaram clássicos da historiografia acerca da chamada Idade Média Tardia – dentre eles George Holmes e Bernard Guenée. Ao fim e ao cabo, a crítica de Watts que nos interessa aqui está pautada na ideia de que tratam-se de explicações muito vagas e assim ele demonstra como os aspectos políticos, econômicos e sociais nos séculos XII e XIII foram semelhantes aos séculos XIV e XV, e em alguns casos até se intensificaram após o período que estudamos, ou seja, no século XVI (WATTS, 2009: 26-9). Nos processos políticos existem estruturas articuladas pelos próprios contemporâneos que podem ser identificadas pelo historiador, através da proposta de Watts, por meio da análise das fórmulas jurídicas, das práticas, da identificação dos modelos de conduta, de códigos e expectativas partilhadas por grupos e pessoas em conflitos. Essas estruturas articuladas que ele chama de estrutura política.

Essa valorização das estruturas políticas está presente em outros historiadores típicos dessa geração pós-McFarlane bastante importantes para o nosso debate já citados acima como Michael Hicks, Christine Carpenter e Rosemary Horrox. Hicks leva em conta a cultura política que nada mais seria do que valores, padrões e princípios que norteavam as práticas políticas do reino (HICKS, 2002: 3-27). Carpenter procura no século XV a composição política do reino, que chama de *constitution*, e seus valores para compreender a fundo como foi possível o desencadear da guerra civil (CARPENTER, 1997: 1-3). Quanto à professora Horrox, demonstra como a autoridade real era respeitada mesmo em situações extremas – como a batalha de Towton – e como o regime em vigência era defendido até as últimas consequências, contribuindo assim com a crítica revisora da ideia de “crise endêmica da monarquia” provocada pelo feudalismo bastardo.⁵ Sendo assim, agora podemos interpretar a Guerra das Rosas à luz de tudo que foi dito.

Em termos gerais, tradicionalmente a “Guerra das Rosas” teria sua gênese na década de 1450 com a vitória francesa em Castillon, a partir das reivindicações de Ricardo de York em Londres, com a revolta de Jack Cade, com os problemas de saúde de Henrique VI e o *impeachment* do seu principal conselheiro, conde de Suffolk. Para Hicks isso teria dado “origem” a um movimento reformista e reivindicatório que logo provocou o enfrentamento armado e em 1461, o início do reinado de Eduardo IV (HICKS, 2002: 194).

Hicks parte do pressuposto das circunstâncias excepcionais que causaram o conflito entre os apoiadores das casas de Lancaster e York, que claramente também envolvia os territórios franceses, mas não como causa principal (HICKS, 2002: 198-204). Horrox demonstra o quanto os súditos apoiavam a Coroa até as últimas consequências, de maneira que até a batalha de Towton, em 1455, havia mais apoiadores de Henrique VI do que da casa de York. Isso porque nenhum rei era deposto baseando-se na ideia de que ele não deveria ter sido rei, mas na ideia de que ele não governara de maneira satisfatória (HORROX, 2003: 231-233).

⁵ A batalha de Towton foi um conflito entre os apoiadores da causa de Ricardo de York contra o rei Henrique VI em 1461. Conforme Horrox, mesmo Henrique VI tendo uma vasta gama de problemas no seu reinado e o fardo de ser parte de uma dinastia que usurpou o trono, a dos Lancaster, os súditos ainda eram mais fiéis ao rei do que ao “rebelde” Ricardo de York – apesar dos resultados inesperados dessa batalha, a ascensão de Eduardo IV. HORROX, *Op. Cit.*, pp. 231-232.

Enfatizamos fortemente que não concordamos que a monarquia nas décadas de 1450-1470 estava em total “descrédito” ou que a passividade de Henrique VI era um elemento de grande relevância política – rei que na visão tradicional “deixou” seus conselheiros dominarem quase completamente o seu governo. Para Horrox, além das circunstâncias excepcionais evidenciadas por Hicks, o que tornou a deposição do rei algo recorrente no século XV foi principalmente o elemento dinástico – ou seja, as conexões familiares dos descendentes de Eduardo III que deram origem às casas de Lancaster e York – e não o feudalismo bastardo (HORROX, 2003: 230).

Hicks ressaltou que os súditos tinham uma representação muito clara de como o rei deveria ser, suas características e virtudes, como: líder militar, estrategista, tático, lutador e lógico; um hábil administrador, decisivo e efetivo; um “leão da justiça” e o mais ortodoxo cristão; hábil a lidar com a aristocracia e coagi-la quando necessário; vigoroso, cruel, mas ainda assim gracioso e misericordioso. Assim, o autor levanta o argumento de que a quebra de expectativa que Henrique VI provocou nos seus súditos – em relação ao seu pai, considerado à época o ápice da monarquia inglesa, pensando nas vitórias em território francês – o enfraqueceu desde o princípio. Mesmo que a nobreza estivesse cansada da guerra na França e preocupada com seus interesses individuais, a imagem que tinham de Henrique V teria ofuscado o seu filho. Mas por outro lado, o próprio fato de ser filho de Henrique V já impelia uma grande consideração perante os súditos. E nesse aspecto Eduardo IV tentou corresponder à imagem de Henrique V, sendo considerado o mais bem sucedido monarca da Guerra das Rosas pela sua relação com o parlamento, pelo controle das finanças e a relativa paz e o consenso desfrutados no reino a partir de 1471 (HICKS, 2002: 47).

Para concluir resta dizer que partilhamos de parte das ideias de Gillingham e Griffiths de que os problemas que Henrique VI enfrentou eram de certo modo inevitáveis e perturbariam quaisquer monarcas naquele período, dadas as circunstâncias (GILLINGHAM & GRIFFITHS, 1984: 68-79).

Há de se levar em conta os abusos que os súditos atribuíam ao conselho de Henrique VI, mas colocar a culpa da guerra civil num processo de longa duração que foi o feudalismo bastardo é bastante confortável, mas insuficiente. Mesmo John Watts que dá mais atenção às estruturas políticas não considera o feudalismo bastardo algo tão importante para os levantes

do século XV que não ficaram apenas na Inglaterra, mas também em Castela e França, por exemplo (WATTS, 2009: 381-92). Mas, dados os elementos ponderados aqui, defendemos que é preciso reafirmar uma certa crise e isso nos leva a explicitar o ponto de onde falamos nesse debate.

Conforme demonstramos, John Watts e Rosemary Horrox, através das estruturas políticas, veem com bastante desconfiança a ideia generalizadora e simplificadora de crise derivada do feudalismo bastardo como chave para o entendimento do complexo século XV. Assim, nos posicionamos da seguinte forma: em primeiro lugar, as delicadas circunstâncias do processo – e por vezes a tomada de decisão sob pressão – estão na gênese das críticas que redundaram em confronto armado; em segundo lugar, parece bastante lícito colocar boa parte da carga do estopim no elemento dinástico desenvolvido pelas críticas advindas da casa de York e apoiadas militarmente por famílias poderosas; e em terceiro lugar, a rica análise estrutural proposta por Watts – calcada nos valores, práticas, representações e apropriações dos eventos – nos ajuda a considerar essa crise como um processo muito mais complexo e imbricado do que o conceito de feudalismo bastardo, no sentido que foi apresentado, oferece.

Tomando esse processo como uma constante revisão de princípios e práticas, ou como uma agonia perante as práticas que aos poucos se tornaram obsoletas, podemos dizer que a análise que utilizamos em nossa pesquisa para as petições da Revolta de Jack Cade e das atitudes registradas pelo Parlamento, leva em consideração a dinâmica dessa cultura política bastante heterogênea. Sejam as representações e práticas dos rebeldes de 1450 e as possíveis apropriações de suas petições, seja a atuação do Parlamento em relação aos eventos, temos indícios que podem nos levar às estruturas políticas numa relação dialética entre estas e os eventos vividos. E é por essa ótica de análise que o conceito de feudalismo bastardo deixa as pré-noções do século XIX e início do XX para buscar na cultura política as formas com as quais os homens viviam os conflitos e representavam suas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDWIN, J. F. **The King's Council During the Late Middle Ages**. Clarendo Press: Oxford, 1913.

CARPENTER, Christine. **The Wars of the Roses: politics and the constitution in England, c. 1437 – 1509**. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1997.

GILLINGHAM, John & GRIFFITHS, Ralph A. **Medieval Britain: A very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 1984, pp. 68-79.

GIVEN-WILSON, Chris, *et al* (Ed.). **The Parliament Rolls of Medieval England: 1272-1504**. Birmingham: Scholarly Digital Editions, 2005 [CD-ROM].

HICKS, Michael. **Bastard Feudalism**. Londres e Nova York: Longman, 1995.

_____. ‘Bastard Feudalism, Overmighty Subjects and Idols during the Wars of the Roses’. In: *The Historical Association*, Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

_____. **English Political Culture in the Fifteenth Century**. Londres: Routledge, 2002.

_____. **The Wars of The Roses: 1455-1485**. Oxford: Routledge, 2003.

HORROX, Rosemary. ‘England: Kingship and the Political Community, 1377-c.1500’. In: RIGBY, S. H. (org.). **A Companion to Britain in Later Middle Ages**. Oxford: Blackwell Publishers, 2003.

McFARLANE, K. B. **England in the Fifteenth Century: Collected Essays**. Londres: Habledom Press, 1981.

_____. ‘Parliament and ‘Bastard Feudalism’’. In: *Transactions of the Historical Society*, Maio de 1943.

LANDER, J. R. **Crown and Nobility, 1450-1509**. Montreal: McGill’s Queen University Press, 1976.

PLUMMER, Charles. **The Governance of England: Otherwise called the difference between and absolute and a limited monarchy**. Oxford: Clarendon Press, 1885.

STUBBS, W. **The Constitutional History of England**. Oxford: Clarendon Press, 1891.

TOUT, T. F. **Chapters in the Administrative History of Medieval England.** 6 vols. Manchester: Manchester University Press, 1920-33.

WAGNER, John A. **Encyclopedia of The Wars of the Roses.** Oxford: Abc-Clio, 2001.

WATTS, J. **The Making of Polities: Europe, 1300-1500.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

WOLFF, Philippe. **Outuno da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?** Trad. Edson Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1988.